



MUNICÍPIO DE CUBA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Ata Nº17
27-12-2024

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1- **INFORMAÇÕES; -----**
- 2- **RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----**
- 3 - **ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----**

ORDEM DO DIA: -----

- 1 – **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de 01/09/2024 a 30/11/2024. Para conhecimento. -----**

- 2 - **Apreciação e votação da Revisão n.º 3 ao Orçamento e às GOP'S 2024. Para deliberação; -----**

- 3 - **Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cuba, para o ano de 2025. Para deliberação;-----**



4 - Apreciação e votação do Orçamento Municipal e GOP's para o ano de 2025, visando. **Para deliberação;** -----

5 - Apreciação e votação da Afetação das **despesas com pessoal aos municípios associados da AMCAL** para o ano de 2025. **Para deliberação;** -----

6 - Apreciação e votação da **Comparticipação do Município de Cuba para AMCAL** para o ano de 2025. **Para deliberação;** -----

7 - **Assunção de compromissos plurianuais** para fazer face à participação do Município de Cuba no projeto da AMCAL – Centro de Valorização Orgânica, na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 23 de outubro de 2023. Proposta de revogação porquanto não foram utilizadas verbas municipais no projeto. **Para deliberação;** -----

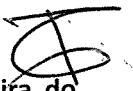
8 - Apreciação e aprovação do **Projeto de Reabilitação de Caminhos Municipais e Arruamentos nas localidades de Albergaria dos Fusos, Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva**, atendendo a que o mesmo ultrapassa os 10% da despesa de investimento de 2025, conforme exigência consignada no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----

9 - Proposta de contratação de Empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, pelo montante de 1.750.000,00€ para fazer face aos encargos do município com a empreitada de reabilitação de caminhos e arruamentos em diversas localidades do concelho de Cuba. **Para deliberação;** -----

10 - Proposta de contratação de Empréstimo de curto prazo, a vigorar no ano económico de 2025, no montante de 500.000,00€ para fazer face a dificuldades de tesouraria. **Para deliberação;** -----

11 - Estrutura tarifária para 2025 – Águas para consumo humano/ Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos – **Aprovação da componente inerente às taxas a cobrar** – art.º 25.º n.º 1 al. b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** porquanto a **componente preços/tarifas** é da competência exclusiva do órgão executivo. **Para conhecimento.** -----

12 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos: Proposta para emissão de parecer genérico favorável por parte da Assembleia Municipal para aquisição de serviços que consubstanciem encargos plurianuais não superiores a 30.000€ em cada ano civil, valores sem IVA, no decurso do ano de 2025. **Para deliberação.** -----



13 - Informação do Revisor Oficial de Contas – Oliveira, Reis & Associados, **sobre a situação financeira do Município de Cuba no final do 1.º semestre de 2024**, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 77.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para conhecimento;**---

Na ausência do Presidente da Assembleia tomou lugar na mesa o secretário Francisco Galinha, chamando para completar a mesma o deputado José Roque. Foi feita a chamada. -----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

- Carlos José Maltez Almeida; -----
- Francisco Eduardo Beçudo Galinha; -----
- Teresa José Leão Isidro Galó; -----
- José Francisco Ribeiro Roque; -----
- Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----
- Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----
- Luís Carlos Cardoso Varela; -----
- Luís António Botecas Varela; -----
- Pedro Miguel Galinha Machado; -----
- Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----
- José António Cardeira Machado; -----
- António Francisco Fragoso Ramos; -----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados : -----

- João Duarte Oliveira Brito Palma; -----
- Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----
- André Chaveiro Vargas; -----
- Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----
- Júlia Maria Mourata Costa Baltazar; -----
- José Alberto Lança Pacheco -----
- Diogo José da Silva Machado; -----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, e os Chefes de Divisão Dr. Vítor Fialho e Dra. Carmen Estrela. -----



Antes da Ordem do Dia : -----

1 – INFORMAÇÕES ; -----

Francisco Galinha – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----

2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. -----

Não se registaram intervenções. -----

3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ; -----

Deputado Carlos Almeida – alertou para a facto das datas de reuniões de assembleia de dezembro coincidirem com o período de férias. -----

Deputado José Roque – apresentou uma declaração sobre o 25 de novembro. -----

“25 Novembro,

(O que foi ao contrário do que dizem ter sido (golpe contrarrevolucionário e não contra-golpe); o que não foi mas que alguns (não todos, faça-se justiça) ambicionavam que tivesse sido (um golpe que travasse a dinâmica revolucionária e o processo de transformações e conquistas que a CRP veio a consagrar, reprimisse e ilegalizasse o PCP, liquidasse o regime democrático)

As comemorações do 25 de Novembro que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político é essencialmente um acto revanchista contra a Revolução de 25 de Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas. Uma opção movida por um recalcado e antidemocrático inconformismo com a Revolução de Abril, um tardio assomo de ajuste contas da direita com esse acto maior da história do nosso País.

Uma operação em si mesmo condenável, mas ainda mais quando imposto no ano em que se comemora o quinquagésimo aniversário da revolução de Abril que só explicável pela crescente presença de concepções reacionárias na sociedade portuguesa e por uma cada vez mais clara afirmação de forças, organizações e partidos movidos por um ideário, mais ou menos declarado, retrógrado, antidemocrático e fascizante.

Reescrevendo a história, o que alguns ambicionam com estas comemorações é apresentar esta data não pelo que foi mas pelo que desejariam que tivesse sido de regresso ao passado de meio século de ditadura fascista.

Reescrevendo a história o que alguns procuram fazer é tentar equivaler um golpe contra-revolucionário, apesar de sustido no que de mais sombrio continha no propósito de alguns, com uma revolução libertadora que devolveu

a democracia e a liberdade ao povo português e que abriu caminho a um futuro de progresso, desenvolvimento e emancipação social que décadas de política de direita tem cerceado.

Procurando assinalar com indisfarçável saudosismo um revés reacionário não consumado, o que os promotores desta iniciativa visam é reintroduzir os factores de divisão na sociedade portuguesa que marcaram o 25 de Novembro em detrimento daquilo que une o povo português sobre o que representa Abril, as suas conquistas e valores.

É Abril e os seus valores que os democratas e os patriotas, os trabalhadores e o povo em geral devem afirmar e exigir que se cumpra na sua dimensão de transformação, igualdade e justiça.

É Abril com o acervo imenso de conquistas e direitos alcançados – políticos, sociais económicos e culturais - que vive e está presente enquanto referência de futuro como a imensa comemoração dos 50 anos da revolução de Abril comprovou.

É Abril que deve ser comemorado enquanto o momento mais marcante da nossa história e não o que contra ele se arquitectou de conspirações, golpes e práticas que o negam e pretendem desvalorizar.

Os deputados da CDU na AM de Cuba.” -----

Deputado Carlos Almeida – mostrou a sua opinião em relação à temática apresentada concordando com a comemoração do 25 de abril enquanto data maior para a democracia e lembrando a importância do Partido Socialista e do Dr. Mário Soares na consolidação da mesma. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/09/2024 a 30/11/2024. Para conhecimento.** -----

Deputado José Roque – solicitou uma correção na informação referente ao número de visitantes da Feira Anual de Cuba. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----



2 - Apreciação e votação da Revisão n.º 3 ao Orçamento e às GOP'S 2024. Para deliberação; -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 3 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----

3 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cuba, para o ano de 2025. Para deliberação;-----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 3 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----

4 - Apreciação e votação do Orçamento Municipal e GOP's para o ano de 2025, visando. Para deliberação; -----

Presidente Câmara – fez a explicação do Orçamento de uma forma geral, diferenciando as várias áreas de trabalho e os vários projetos. -----

Dra. Carmen Estrela – fez a apresentação técnica do documento. -----

Deputado Carlos Almeida – leitura de Declaração de Voto. -----

*“ Este é mais um Orçamento que não apresenta um olhar estratégico que possa inverter a situação de empobrecimento e envelhecimento da população do nosso concelho. Mais um ano em que assistimos a um claro desinvestimento no desenvolvimento e melhoria de vida dos nossos munícipes e ao mesmo tempo um aumento do endividamento do Município, pondo em causa o bom funcionamento do mesmo. Estamos perante um Orçamento manifestamente eleitoralista em que a maioria das rubricas de investimento não apresentam financiamento definido fazendo prever que irá ter uma fraca execução. Equilibrar as contas do Município, fixar jovens no concelho, fixar e atrair novas empresas, apostar no desenvolvimento sócio económico parecem ser assuntos não prioritários para o Executivo que nos governa. Por o atrás exposto, votamos contra os documentos previsionais apresentados para o ano 2025.” -----

-----*

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 3 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

5 - **Apreciação e votação da Afetação das despesas com pessoal aos municípios associados da AMCAL para o ano de 2025. Para deliberação;** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

6 - **Apreciação e votação da Comparticipação do Município de Cuba para AMCAL para o ano de 2025. Para deliberação;** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

7 - **Assunção de compromissos plurianuais** para fazer face à comparticipação do Município de Cuba no projeto da AMCAL – Centro de Valorização Orgânica, na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 23 de outubro de 2023. Proposta de revogação porquanto não foram utilizadas verbas municipais no projeto. **Para deliberação;** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----



8 - Apreciação e aprovação do **Projeto de Reabilitação de Caminhos Municipais e Arruamentos nas localidades de Albergaria dos Fusos, Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva**, atendendo a que o mesmo ultrapassa os 10% da despesa de investimento de 2025, conforme exigência consignada no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

9 - Proposta de contratação de Empréstimo de longo prazo, pelo período de 20 anos, pelo montante de 1.750.000,00€ para fazer face aos encargos do município com a empreitada de reabilitação de caminhos e arruamentos em diversas localidades do concelho de Cuba. **Para deliberação;** -----

Presidente Câmara – esclarecimento sobre o empréstimo. -----

“ Tenho de fazer um esclarecimento sobre a contratação deste empréstimo, porque acho que o devo fazer, e porque na Assembleia Municipal não existe discussão, normalmente vem um documento por escrito para que não haja debate. Achei fundamental deixar este ponto refletido em ata, a visão do Executivo sobre este investimento que nós queremos fazer e que passará pela contratação de um empréstimo a longo prazo. Em primeiro lugar, dizer que este empréstimo vem de encontro à declaração de voto do Partido Socialista que diz que o Município não investe no concelho, que é um Orçamento que não traz nada de novo, mas depois apresentamos os investimentos e , são vários apresentados ao longo dos anos, trazemos a discussão e normalmente o PS vota contra, o que é uma grande ambiguidade daquilo que é a sua forma de estar na política. Primeiro porque não vota a favor e depois vem dizer que não há investimento no Concelho. Este empréstimo que vamos realizar é porque temos sentido que ao longo dos anos, em termos de caminhos e estradas municipais , não têm tido o investimento necessário , é do conhecimento de todos do deputados, quer estes, quer dos que têm passado ao longo dos anos, que os fundos comunitários nos últimos 20 anos não têm considerado as estradas e os caminhos e portanto, chegámos a um ponto onde efetivamente, há muitas ruas que têm muitos problemas, há estradas e caminhos municipais com muitos problemas, e o Executivo achou que fazia sentido não existindo apoio comunitário, não existindo apoios do Governo que a única solução para resolver o problema, contratar um empréstimo para resolver esses problemas e obviamente a partir daí, as vias de comunicação ficarão em melhor estado. Dizer também que há uns tempos atrás , no anterior Governo foi sugerida a possibilidade de abrir uma linha BEI para que todos os concelhos do país , que têm estes problemas, porque todos têm, para que os municípios pudessem concorrer. Entretanto, essa medida nunca mais abriu e nós achámos que esta era a forma de resolver este problema. Dizer aqui também que este empréstimo não vem colocar o Município ingovernável,

não vem aumentar o endividamento do Município, porque no ponto 1 desta ordem de trabalhos está claro que nem água que o Município reduziu um milhão de euros em 2024, do seu endividamento e que o endividamento atual em novembro de 2024 são três milhões, consta na informação do Presidente, consta nos documentos em anexo, todos os deputados tiveram essa informação, portanto são três milhões e cem mil euros a dívida da autarquia. Em dezembro de 2012 a dívida da autarquia era superior a este valor, aquela ideia de que há uma dívida maior, que o Município está ingovernável não é verdade. A dívida é inferior e os dados são concretos, a verdade é que doze anos depois depois de 12,5 milhões de euros de investimento no concelho, depois de nos últimos quatro anos 7, 5 milhões de investimento conseguimos que a dívida se mantenha praticamente igual à que existia há doze anos atrás. No meu ponto de vista acho que é uma situação de louvar até porque passou-se nos últimos quatro anos por situações que nunca tínhamos assistido quer a questão da pandemia, quer a questão da guerra, quer a maior taxa de inflação do País nos últimos trinta anos que teve de ser gerida, e independentemente disso conseguimos manter o nosso endividamento e a Câmara ainda tem uma capacidade de 2,6 milhões de endividamento, o que significa que está em condições para contrair empréstimos, para investir e continuar a investir que é aquilo que temos feito e vamos continuar a fazer enquanto os munícipes permitirem que estejamos à frente dos destinos do concelho.” -----

Deputado Francisco Fitas – leitura de Declaração de Voto. -----

“Atendendo há forma organizada e transparente que consideramos ser a base da sustentabilidade de qualquer empresa, a proposta de contratação de um empréstimo a longo prazo (20 anos) pelo montante de 1.750.000.00€, quando este executivo está a nove meses de cessar funções é uma má pratica de gestão e de certa forma castradora.

A Banca do Partido socialista vota contra considerando uma má pratica de gestão que vem hipotecar as novas gerações quando este executivo está a nove meses de cessar funções.

Atendendo a que a vida útil das obras a vinte anos é exagerada e põe em causas um empréstimo superior há vida útil das mesmas.

Desta forma até podemos inviabilizar futuros projetos financiados para conservação e manutenção; o aumentando dos compromisso com empréstimos põe em causa o crescimento sustentável do concelho.” -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 3 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

10 - Proposta de contratação de Empréstimo de curto prazo, a vigorar no ano económico de 2025, no montante de 500.000,00€ para fazer face a dificuldades de tesouraria. **Para deliberação;** -----

Deputado José Roque- solicitou algumas explicações sobre a proposta de empréstimo. -----

Presidente Câmara – disse que o empréstimo será fundamental para liquidar os problemas de tesouraria. Reforçou a importância de esclarecer os deputados sobre os assuntos presentes nas reuniões de Assembleia, assim como o debate e discussão de ideias entre todos. -----

Deputado Francisco Fitas - leitura de Declaração de Voto. -----

“Relativamente à contratação de empréstimo a curto Prazo a vigorar no ano de 2025 no montante de 500.000.00 € para fazer face às dificuldades de tesouraria, a bancada do partido Socialista vota contra por considerar que este executivo tem feito pratica recorrente de empréstimos a curto prazo para fazer face a despesas de tesouraria e de certa forma o executivo não sabe se ira conseguir exercer o pagamento deste empréstimo até cessar funções, deixando para um futuro executivo fortes constrangimentos no inicio de mandato.

Com base no desequilíbrio financeiro que se verifica ano após ano, e atendendo que este executivo vai cessar funções, é uma má herança para quem inicia as mesmas.” -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 3 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

11 - Estrutura tarifária para 2025 – Águas para consumo humano/ Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos – **Aprovação da componente inerente às taxas a cobrar** – art.º 25.º n.º 1 al. b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** porquanto a **componente preços/tarifas** é da competência exclusiva do órgão executivo. **Para conhecimento.** -----

Dr. Vítor Fialho - explicou a razão do ponto em questão ser para conhecimento, mas também necessária a deliberação quanto à componente inerente às taxas. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

12 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos: Proposta para emissão de parecer genérico favorável por parte da Assembleia Municipal para aquisição de serviços que consubstanciem encargos plurianuais não superiores a 30.000€ em cada ano civil, valores sem IVA, no decurso do ano de 2025. **Para deliberação.** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade-----

13 - Informação do Revisor Oficial de Contas – Oliveira, Reis & Associados, sobre a situação financeira do Município de Cuba no final do 1.º semestre de 2024, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 77.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para conhecimento;**-----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

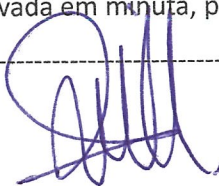
II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

PC' O Presidente:



O Secretário:

Isabel Gelinho Honza Borges